



**SENADO FEDERAL**  
**SECRETARIA-GERAL DA MESA**  
**SECRETARIA DE COMISSÕES**  
**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA**

**TEXTO FINAL**  
**Do PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 317, DE 2018**  
**Na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania que:**

Altera a Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, e a Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, para incentivar a redução de perdas na distribuição de água tratada.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

**Art. 1º** Os artigos 2º, 11, 16, 19, 22, 23, 38, 43, 48, 49 e 50 da Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 2º** .....  
.....  
XIV – redução das perdas na distribuição de água tratada.” (NR)

“**Art. 11.** .....  
.....  
§ 2º .....  
.....

II – a inclusão, no contrato, de metas progressivas e graduais de redução de perdas na distribuição de água tratada, inclusive por meio de troca periódica do sistema de tubulação, de expansão dos serviços, de qualidade, de eficiência e de uso racional da água, da energia e de outros recursos naturais, em conformidade com os serviços a serem prestados;  
.....” (NR)

“**Art. 16.** .....  
.....

*Parágrafo único.* A concessão dos serviços de saneamento básico de que trata o inciso II do *caput* poderá ser feita por consórcio público do qual participem os titulares dos serviços, nos termos do art. 2º, § 3º, e do art. 4º, inciso XI, alínea c, ambos da Lei nº 11.107, de 6 de abril de 2005.” (NR)

“**Art. 19.** .....  
.....

VI – diagnóstico técnico com base em critérios e periodicidade estabelecidos pela agência reguladora que comprove a qualidade técnica dos sistemas de tubulação que integram estações de tratamento de água, adutoras e redes de distribuição.

.....” (NR)

“Art. 22. ....

V – prevenir a perda na distribuição de água tratada.” (NR)

“Art. 23 .....

XIII-A – diretrizes para a redução progressiva da perda de água.  
.....” (NR)

“Art. 38 .....

“§ 2º Poderão ser estabelecidos mecanismos tarifários de indução à eficiência, inclusive fatores de produtividade e de incentivo à redução de perdas na distribuição, assim como de antecipação de metas de expansão e qualidade dos serviços.

.....” (NR)

“Art. 43. ....

§ 1º A União definirá parâmetros mínimos para a potabilidade da água.

§ 2º A entidade reguladora estabelecerá limites máximos de perda na distribuição de água tratada, que poderão ser reduzidos gradualmente, conforme se verificarem avanços tecnológicos e maiores investimentos em medidas para diminuição desse desperdício. ” (NR)

“Art. 48. ....

XIII-A – fomento ao desenvolvimento e ao aperfeiçoamento de equipamentos e métodos economizadores de água. ”.

.....” (NR)

“Art. 49. ....

XIII-A – fomentar a redução das perdas na distribuição de água tratada. ”  
(NR)

“Art. 50. ....

I – .....

c) redução das perdas na distribuição de água tratada, no caso dos serviços de abastecimento de água potável;

§ 5º No fomento à melhoria de operadores públicos de serviços de saneamento básico, a União poderá conceder benefícios ou incentivos orçamentários, fiscais ou creditícios como contrapartida ao alcance de metas de desempenho operacional previamente estabelecidas, especialmente no que concerne à redução das perdas na distribuição de água tratada.

.....” (NR)

**Art. 2º** Os arts. 7º, 19 e 22 da Lei nº 9.433, de 8 de janeiro de 1997, passam a vigorar com a seguinte redação:

“**Art. 7º** .....

IV – metas de racionalização de uso e de redução de perdas de água tratada, aumento da quantidade e melhoria da qualidade dos recursos hídricos disponíveis. ”

.....” (NR)

“ **Art. 19.** .....

II – incentivar a racionalização do uso da água e a redução de perdas de água tratada.

“**Art. 22.** .....

III – no financiamento, aos prestadores de serviços de abastecimento de água potável, de projetos voltados à redução de perdas na distribuição de água tratada.

.....” (NR)

**Art. 3º** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala da Comissão, 20 de março de 2019.

Senadora **SIMONE TEBET**, Presidente